

A PERIFERIA URBANA

ROBERTO LOBATO CORRÊA*

A periferia urbana tem sido usualmente considerada como aquela área da cidade que em termos de localização situa-se nos arredores do espaço urbano. Trata-se de uma faixa periférica que, a cada momento que se considera inclui: a) áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo; b) áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização. Em realidade, pode-se falar em uma periferia suburbana ou subúrbio simplesmente, e em uma **periferia rural-urbana**.

Tanto o subúrbio como a periferia rural-urbana são **expressões dos processos sociais especializados**, através dos quais a urbanização prossegue. Em linhas gerais considera-se que o subúrbio de hoje foi em um passado mais ou menos próximo a periferia rural-urbana; esta, por sua vez, já foi uma área plenamente rural. É nesta periferia urbana, assim incompletamente definida por ora, que se verifica a mudança mais palpável do rural ao urbano. Portanto é um tema pertinente à temática das relações cidade-campo.

* Professor da Pós-Graduação em Geografia da UFRJ e Pesquisador da F.I.B.G.E. GEOSUL - Nº 2 - 2ª sem. 1986.

A temática da periferia urbana tem sido focalizada na literatura das ciências sociais com uma razoável freqüência, demonstrando a pertinência do tema. Vejamos alguns dos estudos sobre o assunto.

Em relação à proposta de **Von Thünen**¹, elaborada na primeira metade do século XIX, a periferia rural-urbana não aparece em seu modelo sobre a uso agrícola da terra. Esta periferia rural-urbana emergirá, no entanto, no primeiro círculo de seu modelo, onde pratica-se uma atividade agrícola intensiva como a horticultura e a pecuária leiteira, voltada para o mercado urbano. Em **Lenin**² o tema em pauta já aparece no seu "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", escrito em 1899. Lenin comenta a respeito do processo de transformação do campesinato em função do capitalismo, considerando o papel da grande cidade alterando o campesinato localizado em sua periferia: o campo periurbano tem suas atividades voltadas diretamente para atender diferentes necessidades citadinas, além daquelas que tradicionalmente atendia.

O processo de transformação do campo na periferia urbana assume uma dimensão histórica que dificilmente Von Thünen poderia captar, mas que Lenin pode fazê-lo. No século XX com a expansão urbana, sobretudo com o processo de metropolização, a transformação do campo periurbano, originando primeiramente uma periferia rural-urbana e, após, subúrbios integrados ao espaço urbano, adquiriu enorme magnitude. Surgem então numerosos estudos que procuram captar uma ou várias facetas do processo de produção da periferia urbana.

Alguns desses estudos como o de **Pryor**³, procuram estabelecer os limites da periferia urbana. O próprio Pryor considera as características demográficas da periferia, tendo em vista o contexto de países desenvolvidos. O processo de transformação do espaço rural em espaço urbano é tratado por Weherwein, o já mencionado Pryor e, sobretudo por Clawson⁴ e Sinclair⁵. Estes dois últimos enfatizam o processo de esterilização do campo na periferia urbana, processo este que permite passar de uma área plenamente rural para, em primeiro lugar, uma periferia

rural-urbana e, em um segundo momento para uma área suburbana. No meio desse processo há uma faixa, maior ou menor, de esterilização.

Tanto Clawson como Sinclair argumentam que a terra agrícola na periferia urbana, sobretudo da grande cidade, apresenta um preço que não é função de sua fertilidade ou da proximidade ao mercado consumidor. O preço da terra agrícola periurbana é influenciado pela expectativa da demanda para fins de urbanização. Neste sentido pode ser conveniente aos proprietários de terra não fazer ali nenhum investimento e utilizar a terra extensivamente ou mesmo deixá-la esterilizada, em "pousio social", à espera da urbanização.

Mas é bom lembrar, de acordo com Juillard⁶, que há diferenciação entre a Europa e o Brasil no que se refere ao processo de esterilização e urbanização de áreas rurais próximas às grandes cidades. Na Europa o processo de urbanização faz-se paulatinamente, passando-se do rural ao urbano progressivamente; neste processo a agricultura intensiva periurbana chega a conviver, durante certo tempo com a urbanização.

No caso brasileiro — e Juillard refere-se particularmente a Salvador, em cuja área rural próxima implantou-se no período colonial a cana-de-açúcar — uma tradição especulativa vinculada aos produtos tropicais leva à passagem direta da agricultura especulativa para a especulação da terra, transformando a periferia, logo após o espaço urbano contínuo, em um "deserto agrícola", à espera de loteamentos que podem demorar anos e anos a serem implantados.

II

No âmbito da questão da transformação de uma zona rural para uma periferia rural-urbana e daí para uma área suburbana há que se destacar o papel dos agentes da produção do espaço urbano. Neste aspecto a literatura sobre o assunto é crescente e a contribuição brasileira já é bastante significativa: veja-se por exemplo, os artigos contidos nas coletâneas organizadas por Valladares⁷ e Maricato⁸. Vamos privilegiar este aspecto da questão, na verdade um aspecto de uma questão maior que é si-

multaneamente das relações cidade-campo, da produção do espaço urbano, da acumulação de capital e reprodução da força de trabalho, como ainda, através dos movimentos sociais urbanos, de uma nova dimensão dos conflitos de classe.

A periferia urbana tem sido objeto de práticas territoriais das classes dominantes. Práticas que se traduzem em práticas complementares em relação às outras partes do território nacional. Estas práticas na periferia urbana estão inseridas, de um lado, no processo de acumulação de capital, seja através da incorporação e produção imobiliária, seja através da extração de uma renda fundiária, seja através da utilização de terrenos baratos para implantação industrial e de serviços diversos. De outro insere-se no processo de controle social através da reprodução segregada das diferentes classes sociais e suas frações. Ambos os aspectos, acumulação e reprodução, são interdependentes.

Mas é necessário notar um fato muito significativo que interfere em uma viabilidade espacial das práticas territoriais das classes dominantes no âmbito da periferia urbana. Esta não se constitui em uma faixa circular homogênea, tanto em termos naturais como sociais, em torno da cidade. Há periferias e periferias. Melhor seria falar em setores periféricos: assim, à guisa de exemplificação, a periferia litorânea da cidade do Rio de Janeiro — Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes — reverte-se de características naturais, como amenidades microclimáticas e beleza natural, e sociais, que não caracterizam a periferia interiorana, a Baixada Fluminense, por exemplo.

Esta diferencialidade da periferia, que se verifica em quase todas as cidades capitalistas, não só é um reflexo de práticas já efetivadas, como constitui-se em uma excelente condição para que essas práticas sejam reproduzidas no presente e no futuro próximo, reproduzindo ampliadamente a diferencialidade da periferia.

Que práticas e que periferias são estas? Qual o significado delas? Que implicações sociais elas têm?

Primeiramente vejamos a periferia interiorana, aquela que não tem "mar, lagoa, sol, sal, brisa, verde, montanha", mas que

se caracteriza por ser quente, abafada, sujeita às enchentes e aos mosquitos. Esta é a periferia dos pobres, do "povão", do trem de subúrbio e horas desperdiçadas no transporte, da auto-construção e do sobre-trabalho, das favelas que agora ali aparecem, dos assaltos e do "esquadrão da morte", da falta de esgotos e de vias calçadas, escolas e hospitais. Dos desempregados, dos biscateiros e do pessoal que ganha salário-mínimo. De imigrantes recentes e às vezes antigos que, expulsos do campo não foram para as chamadas "frentes de expansão" da Amazônia, frentes estas onde as classes dominantes estabelecem outra estratégia territorial de alocar o campesinato expulso da terra pelo capital.

As terras desta periferia foram, a partir do momento em que se verificou em maior escala o êxoto do campo para a cidade, loteados pelos seus proprietários. Muitos deles são proprietários pertencentes à oligarquia fundiária-mercantil, mas é verdade também que o grande capital financeiro já se apropriou de certas parcelas da periferia para fins especulativos.

O que fazer com estas terras que não constituem-se em alternativas para a classe dominante e a classe média? Vendê-las para fins industriais é uma possível alternativa, mas este tipo de uso restringe-se a certas áreas, preferencialmente ao longo das grandes vias de tráfego. Realizar uma incorporação fundiária e imobiliária, construindo edifícios residenciais ou bairros arborizados e aprazíveis com casas confortáveis, está fora de cogitação. A clientela que se vê obrigada a morar nesta periferia não tem condições de comprar ou alugar estes imóveis, não dispondo mesmo de renda mínima para receber um financiamento do Estado para comprar um imóvel no setor privado.

A alternativa que resta é o loteamento puro e simples: vende-se um lote de dimensão mínima em um loteamento, às vezes sem o mínimo de condições de ocupação, lote que será vendido em prestações mensais a uma pessoa de baixa renda. Desta forma o proprietário fundiário pode extrair de sua propriedade uma renda fundiária. Outra alternativa é estabelecer um forte "lobby" junto ao Estado para que este implante em sua propriedade um conjunto habitacional do tipo Vila Kennedy.

A propósito seria conveniente verificar como flui no espaço esta renda fundiária: flui da periferia para onde e para o que? Será que em parte não fluirá para o setor aprazível, elitizado, da periferia? É uma questão para se pesquisar.

Ao novo proprietário do lote caberá construir a sua casa própria em um sistema de mutirão, com os amigos e parentes, durante umas horas de repouso e lazer. Mas ele aparentemente está satisfeito, pois será um proprietário de imóvel, de algo que tem valor de uso e valor de troca: a ideologia da casa própria conforta-lhe a ameniza a exploração no seu trabalho.

Vejamos agora o que acontece na periferia de amenidades, que se exemplifica não apenas com a Barra da Tijuca (e Copacabana no começo do século) no Rio de Janeiro, mas com a praia da Boa Viagem em Recife, a zona litorânea de Salvador e a Praia do Futuro em Fortaleza. Esta periferia é, 10 ou 20 anos antes de sua efetiva ocupação, apropriada por alguns poucos proprietários fundiários e grupos econômicos poderosos. A terra é esterilizada, sendo expulsos seus antigos ocupantes.

Quando existe uma possibilidade efetiva de ampliar o espaço residencial para as elites e a alta classe média, inicia-se o processo de valorização da área. O Estado capitalista, permeado de interesses fundiários e imobiliários — sobretudo na esfera municipal e estadual — investe maciçamente na infraestrutura da periferia em pauta: sua ação é espacialmente desigual, a favor da periferia aprazível e em detrimento da periferia do "povão". A implantação de ruas, luz, gás encanado, rede de esgoto, sistema viário incluindo, se necessário for, túneis e auto-estradas com viadutos, valoriza deste modo a propriedade fundiária.

Simultaneamente verifica-se uma intensa campanha publicitária enfatizando a beleza e as vantagens da área. O grande capital financeiro-fundiário-imobiliário cria então novos bairros. Cria mesmo "novas formas de morar", os condomínios exclusivos, cercados, policiados e dotados de uma ampla gama de serviços. Ali vão residir os industriais, os grandes comerciantes, os executivos do capital, descendentes da velha oligarquia fundiária mercantil, mas também aquele segmento oriundo da classe

média que pode alçar socialmente graças aos papéis que desempenham na sociedade.

A produção desta periferia elitizada constitui-se em um importante meio através do qual o capital reproduz-se e através do qual os grupos de elite encontram um meio favorável para reproduzirem-se: "condomínios", "Shopping Centers", e clubes são suas expressões.

Assim, periferia popular e periferia da elite são áreas espacialmente opostas mas inseridas ambas as duas na organização de uma sociedade de classes: são os locais de reprodução do exército de reserva e dos dirigentes.

III

O que significa estas periferias? Que implicações sociais elas tem?

Cada uma representa um meio de reprodução dos grupos sociais que ali vão habitar. Espera-se assim que na periferia popular o filho do biscateiro seja biscateiro também, e a filha da empregada doméstica também siga a ocupação de sua mãe (as poucas exceções serão exaltadas como exemplo de que querendo qualquer um consegue subir na vida. Na periferia elitizada, por outro lado, espera-se que o filho de um diretor de uma empresa multinacional seja um diretor de outra empresa, que o filho de um industrial suceda a seu pai no comando da empresa. Assim, as duas periferias constituem-se em locais de reprodução de classes e frações de classes sociais — o "povão" é a elite local/regional.

Mas não é só isto. As diferenças marcantes de condições de vida vão traduzir-se em uma consciência das desigualdades sócio-espaciais. Esta consciência emerge através do conhecimento adquirido de todo o espaço urbano a partir da jornada para o trabalho, viagens para compras e visitas, e dos meios de comunicação.

Esta consciência vai traduzir-se no parcelamento dos denominados movimentos sociais urbano, vinculados em cada caso a um determinado bairro e sua específica associação de moradores. Tais movimentos sociais visam a obtenção de equipamentos de

consumo coletivo como água, esgoto, transporte, lazer etc., e tem no Estado o alvo de suas reivindicações. E, ao que tudo indica, quando algumas de suas reivindicações são satisfeitas, aquele movimento social urbano tende a declinar ou mesmo a desaparecer.

Dois pontos devem ficar claros a respeito dos movimentos sociais urbanos.

Primeiramente é necessário que se tenha a clareza de que as reivindicações relativas às áreas residenciais da periferia, locais de reprodução, tem as mesmas raízes das questões que emergem na fábrica ou no escritório, locais de produção. Não existe uma questão de abastecimento de água ou de melhor sistema escolar que não esteja vinculada à questão central das relações de produção e ao controle social. O que há é um desdobramento espacial de uma mesma questão⁹.

Em segundo lugar a limitação dos movimentos sociais aos bairros onde emergiram, constitui-se em uma fragmentação política. É preciso pensá-lo em termos de toda a periferia popular da cidade, em termos das cidades do estado e do país. É preciso que tenha força política e consciência sócio-espacial clara. Caso contrário tenderão a desaparecer.

Fruto de um processo de natureza social e política que assume uma dimensão espacial, a periferia pode transformar-se em "locus" da transformação da sociedade. Mas isto pressupõe uma série de articulações, um amadurecimento da consciência sócio-espacial e da criação de condições efetivas para a transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹G.S. Wehrwein. The Rural-Urban Fringe Economic Geography. 18 (3), 1942.

²V.L. Lenin. El Desarrollo del Capitalismo em Russia, Editorial Progreso, Moscou, 1979.

³R.J. Pryor. Defining the Rural-Urban Fringe Social Forces. 47 (2), 1968.

⁴M. Clawson. Urban Sprawl and Speculation in Urban Land. In A Geography of Urban Places, 1970.

- ⁵R. Sinclair. Von Thünen and Urban Sprawl Annals of the Association of American Geographers, 57(1), 1967.
- ⁶E. Juillard. Brasil e Europa. Dois Tipos de Organização do Espaço Periurbano. Boletim Baiano de Geografia, 1(4), 1961.
- ⁷Licia Valladares (org.). Habitação em Questão, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- ⁸Erminia Maricato (org.). A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1979.
- ⁹J. Lojkine. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Martins Fontes, São Paulo, 1981.